

Cemig Geração e Transmissão S.A.
CNPJ 06.981.176/0001-58 – NIRE 31300020550

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA,
REALIZADAS, CUMULATIVAMENTE, EM 29 DE ABRIL DE 2011.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e onze, às dezoito horas, em sua sede social, na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, ala B1, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, compareceu nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, em primeira convocação, a acionista Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, totalitária das ações, representada pelo advogado Carlos Henrique Cordeiro Finholdt, conforme foi verificado no Livro de Presença dos Acionistas, estando também presentes o Conselheiro Fiscal Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond; a KPMG Auditores Independentes, representada pelos Srs. Marco Túlio Fernandes Ferreira, CRCMG 58176, e Roberto Caixeta Barroso, CRCMG 078086/O-8; e, o Diretor Vice Presidente, Arlindo Porto Neto. Inicialmente e em conformidade com o artigo 6º do Estatuto Social, o representante da acionista Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig indicou o nome do Diretor Arlindo Porto Neto para presidir a reunião. Colocada em votação a proposta do representante da acionista Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, foi a mesma aprovada. Em seguida, o Sr. Presidente declarou instalada a reunião e convidou a mim, Anamaria Pugedo Frade Barros, Superintendente da Secretaria Geral e Executiva Empresarial da Cemig, para secretariar os trabalhos, solicitando-me que procedesse à leitura do edital de convocação, publicado nos jornais “Minas Gerais”, Órgão Oficial dos Poderes do Estado, “O Tempo” e “Valor Econômico”, nos dias 30 e 31 de março e 01 de abril do corrente ano, cujo teor é o seguinte: “CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - COMPANHIA ABERTA - CNPJ 06.981.176/0001-58 - NIRE 31300020550 - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO - Fica a acionista Companhia Energética de Minas Gerais convocada para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 29 de abril de 2011, às 18 horas, na Av. Barbacena, 1200, 12º andar, ala B1, nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberar-se sobre as seguintes matérias: a) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, bem como dos respectivos documentos complementares; b) destinação do lucro líquido do exercício de 2010, no montante de R\$1.084.110 mil, e do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$101.909 mil; c) definição da forma e data do pagamento dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio, no montante de R\$1.131.813 mil; d) alteração do Estatuto Social para modificar a denominação da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas para Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e da Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações para Diretoria de Finanças e Relações com Investidores; bem como para proceder às consequentes alterações no parágrafo segundo do artigo 7; no artigo 13; no parágrafo terceiro e nas alíneas “g” e “j” do parágrafo quarto do artigo 16; nas alíneas “b” e “i” do inciso I, no inciso III e suas alíneas “b”, “c”, “n” e “p”, na alínea “j” do inciso VI, no inciso VII e suas alíneas “d”, “m” e “p” e nas alíneas “c” e “f” do inciso IX, todos do “caput” do artigo 17; e, no parágrafo quarto do artigo 17; e, e) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato. Belo Horizonte 28 de março de 2011. Dorothea Fonseca Furquim Werneck - Presidente do Conselho de Administração”. A seguir, o Sr. Presidente, de acordo com a alínea “a” da pauta, colocou em discussão o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2010, e respectivos documentos complementares, esclarecendo que os mesmos foram amplamente divulgados

pela imprensa, uma vez que foram colocados à disposição dos acionistas, por aviso inserto nos jornais “Minas Gerais”, Órgão Oficial dos Poderes do Estado, “O Tempo”, e “Valor Econômico”, nos dias 30 e 31 de março e 01 de abril do corrente ano, e publicados nos jornais “Minas Gerais” e “O Tempo”, no dia 16 de abril do corrente ano. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em votação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2010, bem como os respectivos documentos complementares, tendo sido os mesmos aprovados. Continuando os trabalhos, o Sr. Presidente pediu à Secretária para proceder à leitura da Proposta do Conselho de Administração, que trata das alíneas “b”, “c” e “d” da convocação, bem como do Parecer do Conselho Fiscal dado sobre a mesma, documentos estes cujo teor é o seguinte: “PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, A REALIZAREM-SE, CUMULATIVAMENTE, ATÉ 29 DE ABRIL DE 2011. À Acionista Companhia Energética de Minas Gerais: O Conselho de Administração da Cemig Geração e Transmissão S.A.: Considerando: a) que, em conformidade com a Lei 6.404/1976 e suas posteriores alterações e com base no artigo 12, alínea “h”, do Estatuto Social, caberá ao Conselho de Administração manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia; b) que, adicionalmente, a Comissão de Valores Mobiliários-CVM determina que a Administração formalize alguns procedimentos relacionados à elaboração das Demonstrações Financeiras, que no caso da Companhia são: - a Interpretação Técnica ICPC.01 (contabilidade de concessões), que determina que a Companhia faça a avaliação dos seus ativos de acordo com as normas internacionais e de forma retroativa à data de aquisição dos bens. No caso da Companhia, em função do volume e idade dos ativos, não haveria como proceder ao ajuste retroativo, sendo, nesse caso, facultado à Administração autorizar que sejam utilizados os saldos contábeis dos ativos de concessão em 31-12-2008 na adoção inicial da Interpretação. - a interpretação Técnica ICPC.10 (ativo imobilizado), que determina que a Companhia faça uma nova avaliação dos seus ativos que estejam com os seus valores contábeis com diferenças significativas em relação ao seus valores justos, sendo que o laudo de avaliação deverá ser objeto de aprovação pela Administração; c) que a contratação da empresa avaliadora foi aprovada pelo Conselho de Administração da Cemig, da qual a Cemig GT é uma subsidiária integral, conforme CRCA-072/2010, de 19-11-2010; d) o artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores atualizações, os artigos 20 a 24 do Estatuto Social e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2010, com apresentação de lucro líquido de R\$1.084.110 mil e saldo de lucros acumulados de R\$101.909 mil, decorrente de ajustes de exercícios anteriores relacionados à adoção das novas normas de contabilidade; e) a oportunidade de simplificar a denominação das seguintes Diretorias: • de Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas para Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; • de Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações para Diretoria de Finanças e Relações com Investidores; vem propor a V. Sa. o seguinte: I- que, ao lucro líquido do exercício de 2010 e ao saldo de lucros acumulados, nos montantes de R\$1.084.110 mil e R\$101.909 mil, respectivamente, seja dada a seguinte destinação: 1) R\$54.206 mil, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “a” do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social. 2) R\$1.131.813 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos, sendo: a) R\$213.773 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, como a seguir: R\$69.878 mil, conforme CRCA-023/2010, de 16-04-2010; R\$89.278 mil, conforme CRD-470/2010, de 29-09-2010; e, R\$54.617 mil, conforme CRD-619/2010, de 15-12-2010; b) R\$394.161 mil na forma de dividendos intermediários, a título de antecipação parcial do dividendo mínimo obrigatório de 2010, conforme CRCA-081/2010, de 23-12-2010; c) R\$421.970 mil na forma de dividendos complementares de 2010, fazendo jus todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 29-04-2011; d) R\$101.909 mil sejam destinados

ao pagamento de dividendos utilizando o saldo de lucros acumulados advindos da adoção das novas normas de contabilidade. Os pagamentos dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio serão realizados em duas parcelas, 50% até 30-06-2011 e 50% até 30-12-2011, que poderão ser antecipados, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva. Os aportes de capital abaixo citados, autorizados pelo Conselho de Administração, não serão realizados através da retenção do Lucro Líquido de 2010, mas utilizando-se de outras fontes de financiamento relacionadas à captação de recursos e caixa gerado pelas operações, conforme segue: - R\$44.494 mil para aporte de capital na Lightger S.A., conforme CRCA-048/2010, de 30-07-2010; - R\$32.542 mil para aporte de capital na Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A., conforme CRCA-033/2010, de 06-05-2010, CRCA-054/2010, de 26-08-2010, e CRCA-077/2010, de 23-12-2010; e, - R\$596.000 mil para aporte de capital na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., conforme CRCA-029/2010, de 16-04-2010. II- alterar o Estatuto Social conforme abaixo: 1- Modificar a denominação da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas para Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e da Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações para Diretoria de Finanças e Relações com Investidores. 2- Consequente alteração do parágrafo segundo do artigo 7, que passará a ter o seguinte teor: “Artigo 7 - ... Parágrafo Segundo – Os cargos dos comitês de apoio aos Conselhos de Administração das sociedades controladas e coligadas, cuja indicação couber à Companhia, serão preenchidos por Conselheiros das respectivas sociedades controladas ou coligadas. Será sempre indicado, como um dos membros dos referidos comitês, o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, que atuará sempre de forma compartilhada com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores ou qualquer outro Diretor.”. 3- Consequente alteração do artigo 13, que passará a ter o seguinte teor: “Artigo 13 - A Diretoria Executiva será constituída por 11 (onze) Diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor-Presidente; um Diretor Vice-Presidente; um Diretor de Finanças e Relações com Investidores; um Diretor de Gestão Empresarial; um Diretor de Geração e Transmissão; um Diretor Comercial; um Diretor de Desenvolvimento de Negócios; um Diretor sem designação específica; um Diretor de Gás; um Diretor Jurídico; e, um Diretor de Relações Institucionais e Comunicação, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão dos Diretores estender-se-á até a investidura dos novos Diretores eleitos.”. 4- Consequente alteração do parágrafo terceiro e das alíneas “g” e “j” do parágrafo quarto do artigo 16, que passará a ter o seguinte teor: “Artigo 16 - ... Parágrafo Terceiro - O Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual serão preparados e atualizados anualmente, até o término de cada exercício social, para vigorar no exercício social seguinte. Serão elaborados com a coordenação do Diretor-Presidente e do Diretor de Finanças e Relações com Investidores, respectivamente, e, no que tange às coligadas e controladas, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e sempre, em todos os aspectos, com a participação de todas as Diretorias da Companhia. O Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual serão submetidos ao exame da Diretoria Executiva e, após, à aprovação do Conselho de Administração. Parágrafo Quarto - ... g) aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, elaborada, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, as declarações de voto nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a Companhia, devendo as deliberações observarem as disposições do presente Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico; j) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor inferior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), mediante proposta do Diretor de Finanças e Relações com Investidores;”. 5- Consequente alteração das alíneas “b” e “i” do inciso I, do inciso III e suas alíneas “b”, “c”, “n” e “p”, da alínea “j” do inciso VI, do inciso VII e suas

alíneas “d”, “m” e “p” e das alíneas “c” e “f”, do inciso IX, todos do “caput” do artigo 17, que passarão a ter o seguinte teor: “Artigo 17 - ... I- Do Diretor-Presidente: b) coordenar a elaboração, a consolidação e a implementação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia; i) propor as indicações para os cargos de Administração e Conselhos Fiscais das subsidiárias integrais, da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, ouvido o Diretor de Finanças e Relações com Investidores e das controladas e coligadas da Companhia e dos consórcios de que a Companhia participe, ouvido o Diretor de Desenvolvimento de Negócios. III- Do Diretor de Finanças e Relações com Investidores: b) coordenar a elaboração e a consolidação do Orçamento Anual da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia; c) proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia, exceto aqueles de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; n) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, (i) os aportes de capital nas subsidiárias integrais; e, (ii) os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, nas controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia; p) coordenar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes; VI- Do Diretor Comercial: j) gerenciar a comercialização, em interação com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, dos créditos de carbono da Companhia; VII- Do Diretor de Desenvolvimento de Negócios: d) coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, a elaboração e a consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia; e, com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, do Orçamento Anual no que tange às coligadas e controladas; m) propor, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, as matérias referentes a aportes de capital, exercício de direito de preferência e celebração de acordos de votos nas controladas e coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia; p) coordenar, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes; IX- Do Diretor de Gás: c) desenvolver pesquisas, análises e estudos de investimentos e novas tecnologias relacionadas a petróleo e gás e, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, estudos e desenvolvimentos de negócios no referido setor; f) propor à Diretoria Executiva, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores e com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, o plano plurianual de investimentos e despesas de outras sociedades de propósitos específicos associadas às atividades de petróleo e gás;”. 6- Consequente alteração do parágrafo quarto do artigo 17, que passará a ter o seguinte teor: “Artigo 17 - ... Parágrafo Quarto - Os projetos desenvolvidos pela Companhia, no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, uma vez estruturados e constituídos, deverão ser assumidos pelas respectivas Diretorias a que competirem a sua construção, execução, operação e comercialização, conforme definido no presente Estatuto.”. Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses dos acionistas e da Empresa, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada pelos senhores acionistas. Belo Horizonte, 28 de março de 2011. aa.) Dorothea Fonseca Furquim Werneck-Presidente, Djalma Bastos de Moraes-Vice-Presidente, Antônio Adriano Silva-Membro, Arcângelo Eustáquio Torres

Queiroz-Membro, Eduardo Borges de Andrade-Membro, Francelino Pereira dos Santos-Membro, Guy Maria Villela Paschoal-Membro, João Camilo Penna-Membro, Luiz Carlos Costeira Urquiza-Membro, Maria Estela Kubitschek Lopes-Membro, Paulo Roberto Reckziegel Guedes-Membro, Saulo Alves Pereira Junior-Membro, Paulo Márcio de Oliveira Monteiro-Membro, Renato Torres de Faria-Membro”. “PARECER DO CONSELHO FISCAL - Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a Proposta do Conselho de Administração às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 29-04-2011, referente à destinação do Lucro Líquido de 2010, no montante de R\$1.084.110 mil, e do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$101.909 mil, conforme a seguir: 1) R\$54.206 mil, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “a” do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social; 2) R\$1.131.813 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos, sendo: a) R\$213.773 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, como a seguir: R\$69.878 mil, conforme CRCA-023/2010, de 16-04-2010; R\$89.278 mil, conforme CRD-470/2010, de 29-09-2010; e, R\$54.617 mil, conforme CRD-619/2010, de 15-12-2010; b) R\$394.161 mil na forma de dividendos intermediários, a título de antecipação parcial do dividendo mínimo obrigatório de 2010, conforme CRCA-081/2010, de 23-12-2010; c) R\$421.970 mil na forma de dividendos complementares de 2010, fazendo jus todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 29-04-2011; e, d) R\$101.909 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos utilizando o saldo de lucros acumulados advindos da adoção das novas normas de contabilidade. Os pagamentos dos dividendos intermediários e complementares e dos juros sobre o capital próprio serão realizados em duas parcelas, 50% até 30-06-2011 e 50% até 30-12-2011, que poderão ser antecipados, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva. Os aportes de capital abaixo citados, autorizados pelo Conselho de Administração, não serão realizados através da retenção do Lucro Líquido de 2010, mas utilizando-se de outras fontes de financiamento relacionadas à captação de recursos e caixa gerado pelas operações, conforme segue: - R\$44.494 mil para aporte de capital na Lightger S.A., conforme CRCA-048/2010, de 30-07-2010; - R\$32.542 mil para aporte de capital na Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A., conforme CRCA-033/2010, de 06-05-2010, CRCA-054/2010, de 26-08-2010, e CRCA-077/2010, de 23-12-2010; e, - R\$596.000 mil para aporte de capital na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., conforme CRCA-029/2010, de 16-04-2010. Após analisarem atentamente a aludida Proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes à matéria, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquelas Assembleias. Belo Horizonte, 28 de março de 2011. aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond, Luiz Guaritá Neto, Thales de Souza Ramos Filho, Vicente de Paulo Barros Pegoraro, Helton da Silva Soares”. A seguir, o Sr. Presidente colocou em discussão e, após, em votação a Proposta do Conselho de Administração referente às alíneas “b”, “c” e “d” da convocação, tendo sido a mesma aprovada. Continuando os trabalhos, o Sr. Presidente passou a tratar da alínea “e” da pauta, esclarecendo que terminava nas presentes Assembleias o mandato dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, devendo, portanto, ser procedida nova eleição para compor o referido Conselho, com mandato de 1 (um) ano, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2012. Prosseguindo, o Sr. Presidente esclareceu que, de acordo com o artigo 18 do Estatuto Social, os membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho Fiscal desta Companhia são os membros do Conselho Fiscal do acionista único, Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig. Neste sentido e considerando a eleição dos membros do Conselho Fiscal da acionista única, ocorrida nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária daquela Empresa realizadas, cumulativamente, neta data, às 16 horas, o representante da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig indicou os seguintes nomes para comporem o Conselho

Fiscal: Membros efetivos: Vicente de Paulo Barros Pegoraro - brasileiro, casado, pensionista, residente e domiciliado em Brasília-DF, na SQS 402, bloco D, apto. 110, Asa Sul, CEP 70236-040, portador da Carteira de Identidade nº 449419, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, e do CPF nº 004826419-91; Helton da Silva Soares - brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Alvarenga Peixoto, 832/301, Lourdes, CEP 30180-120, portador da Carteira de Identidade nº MG-6392717, expedida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 000185326-08; Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - brasileiro, casado, jornalista, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, na Av. Rui Barbosa, 460/801, Flamengo, CEP 22250-020, portador da Carteira de Identidade nº 1842888, expedida pelo Instituto Félix Pacheco, e do CPF nº 026939257-20; Luiz Guaritá Neto - brasileiro, casado, engenheiro e empresário, residente e domiciliado em Uberaba-MG, na Rua dos Andradas, 705/1501, Nossa Senhora da Abadia, CEP 38025-200, portador da Carteira de Identidade nº M-324134, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 289118816-00; e, Thales de Souza Ramos Filho - brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado em Juiz de Fora-MG, na Rua Severino Meireles, 67, Passos, CEP 36025-040, portador da Carteira de Identidade nº M-290728, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 003734436-68; Membros suplentes: Newton de Moura - brasileiro, casado, bancário e economiário, residente e domiciliado em Divinópolis-MG, na Avenida Sete de Setembro, 1064/701, Centro, CEP 35500-011, portador da Carteira de Identidade nº M-358258, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 010559846-15; Rafael Cardoso Cordeiro - brasileiro, solteiro, engenheiro civil, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Montevideu, 515/600, Sion, CEP 30315-560, portador da Carteira de Identidade nº M-9165153, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 037496966-32; Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Adolfo Radice, 114, Mangabeiras, CEP 30315-050, portador da Carteira de Identidade nº M-1033867, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 001909696-87; Ari Barcelos da Silva - brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, na Rua Professor Hermes Lima, 735/302, Recreio dos Bandeirantes, CEP 22795-065, portador da Carteira de Identidade nº 2027107-7, expedida pelo CRA-RJ, e do CPF nº 006124137-72; e, Aliomar Silva Lima - brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Aimorés, 2441/902, Lourdes, CEP 30140-072, portador da Carteira de Identidade nº MG-449262, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 131654456-72, respectivamente. Submetidas a discussão e, após, a votos, as indicações do representante da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, para compor o Conselho Fiscal, foram as mesmas aprovadas. Os Conselheiros eleitos declararam - antecipadamente - que não incorrem em nenhuma proibição no exercício de atividade mercantil e assumiram compromisso solene de conhecerem, observarem e acatarem os princípios, valores éticos e normas estabelecidos pelo Código de Conduta Ética do Servidor Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais. Em seguida, o Sr. Presidente informou que as publicações da Cemig GT, previstas na Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores atualizações, deverão ser efetuadas além do “Minas Gerais”, Órgão Oficial dos Poderes do Estado, no jornal “O Tempo”, sem prejuízo de eventual publicação em outros jornais. Franqueada a palavra e como ninguém quisesse se manifestar, o Sr. Presidente mandou suspender a sessão pelo tempo necessário à lavratura da ata. Reaberta a sessão, o Sr. Presidente, depois de colocar em discussão e submeter a votação a referida ata e verificando haver sido a mesma aprovada e assinada, deu por encerrados os trabalhos. Para constar, eu, Anamaria Pugedo Frade Barros, Secretária, a redigi e assino juntamente com os presentes.